

"É pelos buracos na rua que se conhece o prefeito e os vereadores"

■ Página 6

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 1 a 7 de julho de 2025 | Edição 417 | Ano XII | R\$ 3,00



VEREADORES TERIAM DADO AS COSTAS PARA SEUS ELEITORES?



■ A impressão é que, se o general mandar, eles obedecem. E o eleitor? Esse parece ter ficado em segundo plano

■ Página 7

A Prisão de Egídio Arguello e o silêncio que compromete a administração pública de Foz

■ Página 10

PRETO NO BRANCO

POVO DE OLHO

Cadê aqueles vereadores que antes da eleição viviam nas lives, apontando os problemas da cidade, mostravam a saúde precária, transporte bagunçado, buracos nas ruas, insegurança pra todo lado? Sumiram? Engolidos pela cadeia? Nós, o povo, continuamos aqui... E eles? "Cadelhes"?

ALGUÉM CONHECE A TEORIA DO CAOS

É quando se deixa chegar ao limite para depois dizer que foi o salvador. Essa prática foi feita pelo ex-prefeito Reni Pereira e no final teve a prisão (domiciliar) decretada. Algumas práticas da atualidade parecem as mesmas.

CHOQUE DE GESTÃO OU COMA INDUZIDO?

Seis meses se passaram desde que Silva e Luna assumiu a prefeitura com a pomposa promessa de um "choque de gestão". A única descarga que a população sentiu foi a da conta de luz - de resto, nem o relatório dos 100 dias conseguiram entregar. O povo segue esperando para aplaudir... só não sabe o quê. Talvez o silêncio. Talvez o tédio. Talvez o sumiço da tal gestão eficiente.

CÂMARA MUNICIPAL: BALADINHA DO POVO?

Na teoria, a Câmara de Foz deveria ser a casa do povo. Na prática, virou um salão de eventos com carpete institucional. O presidente parece um holograma de PowerPoint e os vereadores... bem, se fossem personagens de série, nem nome teriam nos créditos. Nada de fiscalização, nenhuma iniciativa forte, só discursos mornos e agendas culturais que mais parecem cortina de fumaça pra esconder o vazio.



TESÃO POR CONDENADOS

Enquanto o povo quer ficha limpa, a gestão atual parece ter fetiche por ficha suja. É condenado aqui, ex-secretário de Chico ali, gente de fora sem título de eleitor acolá. O critério para ocupar cargo parece ser inverso: quanto mais complicado, mais cotado. Foz tá virando abrigo de CVs manchados e prontuários com selo de autenticidade judicial.

GIACOBO E O DEDO PODRE DE OURO

Tem coisa que não muda nunca. Giacobbo apoiou Reni. Depois, Chico. Agora, o general. E o resultado? A pergunta que ecoa no asfalto rachado da cidade é simples: deu certo, ou o piação tem dedo podre mesmo? Em Foz, o mesmo grupo gira como pião, mas quem vive tonto é o povo, sempre levando na cabeça.

O PLAYBOY DO CAMINHÃO

O caminhão que "quebrou" bem na rua do prefeito e impediu manifestação é do mesmo empresário que agora dá pitaco no Instagram sobre a prisão de Egídio Argullo. Ele culpa a população, desdenha da justiça e ainda diz que a cidade foi saqueada. Mas esquece um detalhe básico: quem saqueou continua mandando. E com o apoio dele. Fica feio culpar o espelho pelo reflexo, né?



celsogallegario 13 min

Se a população tivesse cobrado os administradores municipais anteriores a cidade não estaria assim! Porque se for investigar com seriedade, vai prefeito e deputado para a cadeia..... lembrando que a cidade foi saqueada, igual@está acontecendo com nosso país... e o mais@engraçado que não vi ninguém comentar nada aqui.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME

CNPJ 37.189.127/0001-00

Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR

jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:

Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Uma crítica à gestão de obras em Foz

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A cidade de Foz do Iguaçu, mundialmente reconhecida por abrigar uma das Sete Maravilhas da Natureza, vive um paradoxo desconcertante: enquanto atrai turistas de todo o planeta, seus próprios moradores enfrentam cotidianamente um cenário urbano decadente, com ruas esburacadas, obras públicas com vícios construtivos e uma sensação generalizada de abandono. A pergunta que ecoa entre os cidadãos, indignados e cansados, é direta e incômoda: será que uma engenheira formada saberia disso?

A atual Secretária de Obras de Foz do Iguaçu, Tahís Escobar, não é uma figura qualquer. Engenheira civil graduada, mestra em Engenharia Civil pela UNILA, com histórico profissional consolidado em sua própria empresa de engenharia e vasta experiência em perícias técnicas - tudo isso compõe um currículo respeitável. No entanto, a distância entre o que está no papel e o que se vê nas ruas da cidade é abissal.

Asfalto de má qualidade: um problema técnico ou de gestão?

A pavimentação asfáltica tem requisitos técnicos básicos que qualquer aluno de engenharia civil aprende ainda nos primeiros anos de formação: subleito, sub-base, base e revestimento. Ignorar qualquer uma dessas etapas compromete a durabilidade do asfalto,



Seria possível uma profissional com formação avançada, experiência em perícias técnicas e atuação em empresa própria, não perceber erros tão básicos em uma obra pública?

levando a deformações, afundamentos e, inevitavelmente, buracos. No caso de Foz, a reincidência dessas falhas levanta suspeitas não apenas de incompetência, mas de negligência e descaso com o erário público.

Como explicar, por exemplo, o caso do prolongamento da Avenida João Paulo II? Trata-se de uma obra estruturada em concreto - uma opção técnica mais durável, porém que exige rigorosos cuidados no projeto e execução.

Mas receber uma obra defeituosa a vista de todos no dia de sua inauguração, com rachaduras claras. Pois a ausência de juntas de dilatação foi erro primário, inaceitável para qualquer engenheiro, mas para alguém com mestrado e atuação em

perícias. Como isso passou despercebido? Quem autorizou receber a obra? E por que foi recebida pelo município?

Esses erros não são detalhes técnicos - são demonstrações evidentes de omissão, falta de fiscalização e, talvez, da instrumentalização política da função técnica.

Seria uma "laranja"?

A dúvida que paira no ar é ainda mais inquietante: será Tahís Escobar, com todo seu currículo técnico, apenas uma peça figurativa? Uma espécie de "laranja" colocada no cargo apenas para dar verniz técnico a decisões que partem de outras esferas de poder? A engenharia, enquanto ciência aplicada, exige compromisso com normas, resultados e éti-

ca. Quando a técnica se curva à política, o desastre é certo.

Se a secretária tem conhecimento, mas nada faz, está sendo conivente. Se não tem conhecimento suficiente para perceber o óbvio, então está no lugar errado. Em ambas as hipóteses, a cidade perde.

A omissão custa caro

Obras públicas não são feitas para durar dezenas de anos. São investimentos de milhões, pagos com os impostos da população, e devem seguir normas técnicas rígidas. Quando falham tão rapidamente, não se trata de fatalidade, mas de incompetência - ou pior, de dolo.

A Secretaria de Obras tem a função precípua de fiscalizar todas as etapas, do projeto à

execução. É ela que cobra das empreiteiras, que aprova ou rejeita entregas, que zela pelo bom uso do dinheiro público. Quando falha nesse papel, torna-se coautora do desastre.

A avenida das Cataratas, cartão-postal da cidade, virou símbolo do fracasso administrativo. Em pouco mais de 30 dias, um mesmo buraco foi "consertado" cinco vezes, até que na sexta vez, no dia 18 de junho, a via foi novamente interditada, desta vez feito com o material correto que é o asfalto a quente também conhecido como Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), é um tipo de pavimentação amplamente utilizado em ruas, estradas e outras áreas que necessitam de um revestimento resistente e durável.

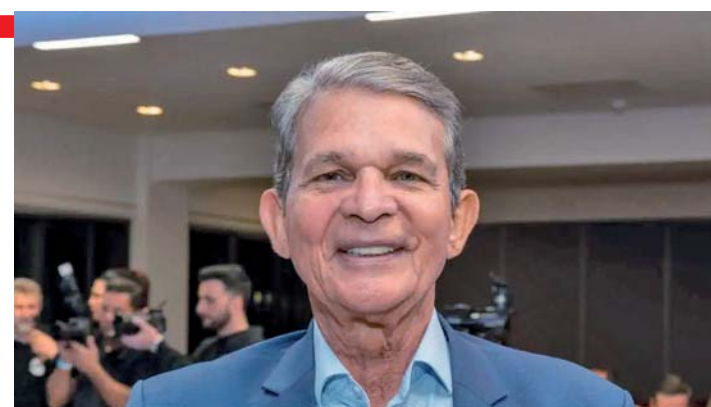
O especialista em asfalto que caiu no próprio buraco

O prefeito de Foz do Iguaçu, General Silva e Luna, foi eleito com a promessa de trazer eficiência e disciplina militar à administração pública. Apresentado como "especialista em asfalto", vendeu uma imagem de gestor técnico, imu-

ne às falcaturas políticas. No entanto, suas atitudes mostram outra realidade.

Ao invés de assumir a responsabilidade pela má qualidade do asfalto, o prefeito preferiu insultar os cidadãos, dizendo em entrevista que "quem

cair no buraco é um estúpido". A frase, além de arrogante, demonstra total desprezo pelo sofrimento da população. O estúpido, na verdade, é quem abandona a função pública de servir e fiscalizar e, em vez disso, culpa o contribuinte pelo próprio fracasso.



General Silva e Luna especialista em asfalto?

A sombra da Pecúlio: fantasmas do passado retornam?

A pergunta final é inevitável: quem se beneficia da cidade esburacada? O caos gera contratos? A precariedade alimenta aditivos?



Nelsi Coguetto Maria, hoje deputado federal, e seu filho Matheus Veloso Maria, atual deputado estadual - ambos indiciados à época por corrupção

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Os problemas de hoje remetem diretamente ao passado recente da cidade. Na gestão do ex-prefeito Reni Pereira, a corrupção atingiu níveis tão alarmantes que resultaram na Operação Pecúlio - considerada a maior operação de combate à corrupção municipal desde a Lava Jato. Doze vereadores, secretários e empresários foram presos e indiciados. Entre eles, nomes conhecidos: Nelsi Coguetto Maria, hoje deputado federal, e seu filho Matheus Veloso Maria, atual deputado estadual - ambos indiciados à época por corrupção.

A construtora Coguetto Maria, que participou de diversas obras sob investigação, esteve ligada diretamente ao escândalo da Avenida Olímpio Rafagnin, um marco de desperdício e corrupção. Ironicamente, hoje, os mesmos personagens circulam com novo status: o de legisladores com foro privilegiado. O que antes era escândalo agora é influência.

Empreiteiros com mandato

A célebre frase do ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, ecoa com força neste contexto: "quem faz o orçamento da república são as empreiteiras". Em Foz do Iguaçu, essa

realidade é ainda mais literal. Os empresários que antes prestavam serviços à prefeitura, denunciados pelo crime de corrupção agora elaboram emendas e será que controlariam até orçamentos? Isso é legal? Sim. Isso é ético? É, no mínimo, profundamente questionável.

A fusão entre empreiteiras e o poder político escancara um conflito de interesses que ameaça qualquer possibilidade de lisura nas contratações públicas. O "orçamento secreto" em nível federal tem seu reflexo em nível municipal: obras superfaturadas, aditivos contratuais suspeitos, fiscalizações omissas - e ruas, muitas ruas, esburacadas.

O futuro que se constrói com buracos

A pergunta final é inevitável: quem se beneficia da cidade esburacada? O caos gera contratos. A precariedade alimenta aditivos. A indignação da população é combustível para manobras políticas e discursos inflamados. Enquanto isso, Foz do Iguaçu sangra - e não é por falta de recursos, mas por excesso de convivência.

O desafio da secretária Tahís Escobar, se ainda quiser honrar seu título de engenheira, é abandonar a retórica e se debruçar sobre a realidade. Exigir respeito às normas, punir empresas que entregam serviços de má quali-

dade, rever contratos suspeitos, e sobretudo: responder à população, que tem direito a infraestrutura digna.

Caso contrário, estará fadada a figurar nos livros de história da cidade não como técnica respeitada, mas como peça de um sistema podre - o mesmo que, anos atrás, a Operação Pecúlio tentou desmontar, mas que hoje, ao que tudo indica, ressuscita com nova maquiagem, mas com o mesmo cheiro de asfalto queimado.

Foz do Iguaçu não aguenta mais remendos - nem no asfalto, nem na política. É hora de construir de verdade. E quem não souber como fazer isso, que peça licença e dê lugar a quem sabe.

O gosto amargo de um asfalto queimado em Foz do Iguaçu

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Quem viveu em Foz do Iguaçu no período do governo Reni Pereira lembra bem da operação Pecúlio. Um marco vergonhoso na história da cidade, que revelou uma teia de corrupção instalada dentro da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Foram secretários, diretores e empresários e nada menos que 12 vereadores presos pela Polícia Federal em um escândalo que envolvia fraudes em licitações, desvios de verbas públicas e tráfico de influência entre outros. Aquela operação foi denominado pelo Ministério Público Federal como a "cereja do bolo" de um sistema podre, construído sob o discurso da eficiência, mas que escondia um esquema milionário de interesses escusos.

Hoje, Foz do Iguaçu parece reviver os mesmos fantasmas de outrora, mas agora sob uma nova estética: a da austeridade militar. Sai a gravata dos tecnocratas, entra a farda militar. A esperança da mudança, no entanto, começa a dar lugar ao gosto amargo da decepção - ou seria do asfalto queimado?

"Quem cair no buraco é um estúpido!"

O prefeito General Silva e Luna, eleito sob o discurso de moralidade, competência técnica e "especialista em asfalto", tem demonstrado, na prática, um modelo de gestão falho, insensível e cada vez mais autoritário.

Recentemente, causou indignação ao dizer em uma entrevista na Rádio Cultura AM que "quem cair no buraco é um estúpido!". A fala não



General Silva e Luna e Ricardinho transformou uma esperança em vergonha

apenas escancara a falta de empatia com o cidadão, como revela uma postura arrogante e totalmente distante da realidade vivida pela população.

Ora, se há buracos nas ruas, a culpa não é do cidadão que tropeça, mas de quem tem a obrigação constitucional de garantir infraestrutura e segurança urbana. E esse alguém é justamente o chefe do Executivo. A frase do prefeito beira o deboche. Seria estúpido, na verdade, aquele que permite o agravamento do problema, que não planeja e que, ainda por cima, zomba da dor alheia. E mais estúpido ainda é ignorar o que a história já ensinou a esta cidade: negligência, aparelhamento político e silêncio institucional são os ingredientes perfeitos para outra operação policial.

O que esperar? Uma operação policial, talvez batizada de Pecúlio 2.0?

A sensação de déjà-vu é inevitável. Os mesmos personagens políticos que orbitavam o núcleo do poder na gestão do ex-prefeito Reni Pereira agora reaparecem, travestidos de "gestores eficientes", alguns inclusive ocupando cargos estratégicos na atual administração. Seria apenas coincidência ou uma nova montagem de cenário, onde a peça final será uma nova operação, talvez batizada de Pecúlio 2.0?

Ministério Público atrasado?

Enquanto isso, o Ministério Público Estadual, aparentemente muito atrasado, que deveria fiscalizar nos primei-

ros meses de gestão do Prefeito General Silva e Luna, dormiu no ponto, o que deveria coibir os abusos, parece assistir à tudo como plateia silenciosa. Sua omissão contribui diretamente para o crescimento de um ambiente permissivo à corrupção. Não há investigação sobre os contratos milionários, tampouco sobre o inchaço da máquina pública com apadrinhados políticos - muitos deles ligados diretamente a vereadores da base. São cargos comissionados ocupados por parentes, cabos eleitorais e amigos, formando uma rede de favorecimentos que remete, inevitavelmente, ao modus operandi da antiga gestão.

O Ministério Público emitiu no dia 24 de junho a Recomendação Administrativa nº 01/2025. Esperou seis

meses para fazê-la, e pasmem o que ele recomendou começou a ser implantado no dia 18 de junho. Então para que uma recomendação? Seria para inglês?

O silêncio da Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores, por sua vez, segue em silêncio. O papel fiscalizador foi trocado pelo comodismo dos que têm interesses preservados. Nenhuma CPI, nenhum pedido de informação, nenhum questionamento público. Seria este o sinal de que os tempos mudaram apenas na estética, mas continuam os mesmos na essência?

Foz do Iguaçu não pode se dar ao luxo de ignorar os sinais. A cidade precisa reagir antes que o gosto do passado volte a amargar ainda mais o presente. A omissão institucional, aliada à arrogância do Executivo e à cumplicidade de parte do Legislativo, cria um terreno fértil para o retorno das práticas que levaram a cidade ao fundo do poço uma década atrás.

Socorro Polícia Federal, socorro MPF?

Se os órgãos locais não se movem, talvez seja o momento de mais uma vez pedir socorro às instâncias federais. Porque a história pode até se repetir - mas, quando isso acontece como farsa ou tragédia, a conta é sempre paga pela população.

Foz do Iguaçu precisa romper esse ciclo. E o primeiro passo é não esquecer o que a cidade já sofreu. Porque quem não lembra da Pecúlio, corre o risco de ser engolido por uma nova, agora com um toque de asfalto - queimado, mal feito e, claro, muito caro.

"É pelos buracos na rua que se conhece o prefeito e os vereadores"

Esta frase circula, seja em conversas de bar, nos grupos de WhatsApp ou até estampada no para-choque. Um retrato fiel da realidade de muitas cidades brasileiras, inclusive Foz do Iguaçu



Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Algumas frases populares atravessam décadas justamente por carregarem em si uma carga de realismo que nenhum discurso político consegue apagar. É o caso da frase que circula, seja em conversas de bar, nos grupos de WhatsApp ou estampada no para-choque de algum caminhão que tenha se aventurado pelas crateras urbanas de Foz do Iguaçu: "É pelos buracos na rua que se conhece o prefeito e os vereadores."

Para quem mora na cidade, essa sentença já soa quase como um hino de resistên-

cia à negligência do poder público.

Historicamente, os para-choques de caminhão se transformaram em verdadeiros murais de crítica social e sabedoria popular. Com origem nas décadas de 1950 e 1960, essa tradição começou com carroças e evoluiu junto com o transporte de carga brasileiro, acompanhando os trabalhadores das estradas e suas vivências. As frases ali escritas - algumas cômicas, outras filosóficas - quase sempre trazem um fundo de verdade. E, quando a crítica se volta à política, ela costuma acertar em cheio.

Exemplo clássico disso é o já consagrado bordão: "Se

depender de político, a gente anda a pé." Uma sentença que reflete o abandono das estradas, a omissão dos gestores públicos e o descaso com a infraestrutura básica - um retrato fiel da realidade de muitas cidades brasileiras, inclusive Foz do Iguaçu.

Mas quando o ditado muda o foco para a pavimentação urbana, ganhando uma entonação ainda mais direta - "É pelos buracos na rua que se conhece o prefeito e vereadores" - ele deixa de ser apenas uma crítica genérica e passa a ter nome e endereço.

A promessa do asfalto que virou buraco

Durante a campanha elei-

toral, o atual prefeito de Foz do Iguaçu, General Silva e Luna, bateu insistentemente na tecla de que era especialista em obras e asfalto. Seu histórico militar, suas experiências administrativas e sua retórica técnica criaram uma expectativa razoável de que, ao menos na parte de infraestrutura, a cidade entraria nos eixos. Afinal, se alguém passou a vida lidando com construções e engenharia, era de se esperar um olhar técnico e eficaz para os problemas crônicos da malha viária da cidade.

Entretanto, já se passaram mais de seis meses de mandato, e o que se vê nas ruas de Foz é um cenário de-

solador. Buracos surgem a cada esquina, avenidas importantes estão deterioradas, e obras de recapeamento parecem ter sido feitas mais para a fotografia institucional do que para oferecer durabilidade.

Basta percorrer nos últimos 30 dias trechos da Avenida das Cataratas - uma das principais vias da cidade, que liga áreas turísticas e movimentada grande parte do comércio e do transporte - para constatar o descaso.

A ironia é que, mesmo diante de uma situação tão evidente, o silêncio e a omissão dos vereadores da base aliada do prefeito são ensurdecedores.

Vereadores teriam dado as costas para seus eleitores?

A impressão é que, se o general mandar, eles obedecem. E o eleitor? Esse parece ter ficado em segundo plano

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Os vereadores que formam a sustentação política do General e Silva e Luna na Câmara Municipal - Anice Gazzaoui, Bosco Foz, Cabo Cassol, Dr. Ranieri Marchioro, Paulo Debrito, Sidnei Prestes e Soldado Fruet - parecem viver em uma cidade paralela. Para eles, Foz está em perfeita ordem. Nenhuma crítica, nenhuma cobrança mais dura ao Poder Executivo.

Pelo contrário: a relação entre o prefeito e sua base é de tamanho alinhamento que, não raro, chega a parecer subserviência.

A impressão é que, se o general mandar, eles obedecem. E o eleitor? Esse parece ter ficado em segundo plano. O papel fiscalizador dos vereadores virou peça de museu. Em nome da governabilidade - ou de cargos comissionados, emendas parlamentares e acordos políticos - a cidade é abandonada à própria sorte. Viraram as costas para quem lhes deu o mandato.

É legítimo questionar: será que esses mesmos vereadores, que hoje se calam diante dos buracos que fazem carros quebrarem molas e motos escorregarem no asfalto molhado, terão a cara de pau de pedir votos em 2026? E mais do que isso: terão coragem de dizer que "trabalharam pela cidade"?

O reflexo do buraco vai além do asfalto

Mas não se engane: os buracos nas ruas são apenas a face mais visível de uma estrutura urbana que vem ruindo. Onde há buraco, há falta de planejamento. Onde há recapeamento mal feito, há suspeita de superfaturamento. Onde há silêncio legislativo, há suspeita de conivência. E quando tudo isso se junta, o que se tem não é só um problema de mobilidade urbana - é um problema de representatividade política e ética na administração pública.

As reclamações da população não são de agora. Moradores filmam, fotografam, denunciam. As redes sociais estão abarrotadas de vídeos mostrando situações absurdas: ruas que foram

"tapadas" pela metade, avenidas que cederam poucos dias após um tapa-buracos e locais onde sequer há previsão de manutenção, apesar dos impostos pagos em dia. É como se a população fosse deixada para lidar com o caos enquanto o governo municipal vive em um mundo onde a única coisa bem pavimentada é a rota para os próprios interesses.

A cidade pede mais do que slogans

Governar é mais do que ter currículo. É mais do que ostentar títulos militares. É mais do que distribuir outdoors com promessas ou fazer lives comemorativas ao asfalto que nem sequer resiste à primeira chuva. Governar é, acima de tudo, ouvir o povo,

pisar no barro, enfrentar o desgaste de reconhecer falhas e - principalmente - agir com eficácia e transparência.

A frase do caminhão, portanto, não é apenas uma tirada bem-humorada. É um retrato sociológico, uma denúncia disfarçada de ironia. Em Foz do Iguaçu, ela virou um bordão porque diz uma verdade incômoda demais para ser ignorada.

Enquanto os vereadores seguem aplaudindo o general e ignorando os clamores das ruas, os buracos seguem crescendo. E, com eles, cresce também o descrédito da população com os representantes eleitos. A cidade pede respeito. E isso começa com um asfalto digno. Porque, sim, é pelos buracos que se conhece quem realmente governa. E Foz do Iguaçu já conhece.



Vereadora pede explicações sobre ações da GM e FozTRANS sobre protesto na casa do prefeito

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

O Brasil vive tempos em que os limites entre o público e o privado vêm sendo constantemente tensionados, e muitas vezes, perigosamente ultrapassados. Um exemplo emblemático dessa tendência parece ter ocorrido em Foz do Iguaçu, no dia 26 de maio de 2025, quando uma manifestação pacífica em frente à residência do prefeito General Silva e Luna foi cercada por ações de força pública, promovidas pela Guarda Municipal e pelo FozTRANS.

Com uso de viaturas, barreiras físicas, cães da unidade K-9 e até mesmo uma carreta bloqueando a rua, cidadãos foram impedidos de exercer seu direito constitucional à manifestação. Pior: tudo isso aparentemente teria sido feito sem a devida base legal ou justificativa técnica, como aponta a vereadora Valentina Rocha no requerimento nº 383/2025, que já completou quase 30 dias sem resposta.

O cenário se agrava diante da informação de que o próprio Poder Judiciário, mais especificamente a 1ª Vara Cível de Foz do Iguaçu, indeferiu um pedido liminar do prefeito que tentava restringir a presença de manifestantes nas imediações de sua casa. Ou seja: judicialmente, a manifestação estava protegida pela Constituição, mas, na prática, foi reprimida por um aparato público que ao tudo indica comandado pelo próprio prefeito que estava dentro de seu apartamento e



do Secretário de Segurança Pública, Paulo Tinoco e do Procurador Geral do Município Rafael Germano Arguello, que estavam junto com as forças repressoras cuja finalidade deveria ser, justamente, garantir direitos, não cerceá-los.

A vereadora, agindo com responsabilidade institucional, fez um requerimento que vai ao cerne da questão: houve crime contra a administração pública? Houve desvio de finalidade ao mobilizar servidores, equipamentos e recursos públicos para proteger um interesse privado, o sossego pessoal do prefeito em sua

residência? Se a resposta a essas perguntas for positiva, estamos diante de uma violação grave dos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade que regem a administração pública.

Os 11 pontos do requerimento: um mapa das contradições

O requerimento da vereadora Valentina não se limita a um discurso político; ele é técnico, embasado e absolutamente pertinente. Dentre os 11 questionamentos, destacam-se perguntas centrais como:

■ Quem autorizou o uso da Guarda Municipal e do FozTRANS naquela data específica?

■ Houve parecer jurídico prévio para justificar a interdição da via pública?

■ Qual foi o custo da operação, incluindo viaturas, servidores e cães de guarda?

■ Quem era o dono da carreta usada como barreira e por que foi mobilizada?

Essas perguntas não podem ser simplesmente ignoradas por uma gestão que se pretende transparente. A ausência de respostas por quase 30 dias é, por si só, um

escândalo. Quando o silêncio é a única resposta institucional diante de um questionamento legítimo do Legislativo, a suspeita se transforma em denúncia política.

Manifestações não são crime, são um direito

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, é clara: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (inciso IV), e "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público" (inciso XVI). Isso significa que, em hipótese alguma, manifestações pacíficas podem ser tratadas como ameaças à ordem pública sem que haja uma justificativa técnica clara e fundamentada. O juiz do caso já havia reconhecido isso ao negar o pedido do prefeito para reprimir a mobilização.

Logo, ao mobilizar forças públicas contra um protesto pacífico em sua rua, o prefeito e os agentes públicos envolvidos podem ter cometido um desvio de finalidade, usando estruturas do Município para interesses privados, o que configura violação administrativa e, possivelmente, improbidade.

A presença da Guarda Municipal com cães de ataque e bloqueios físicos, a atuação do FozTRANS com blitzes de trânsito suspeitas e até a presença de uma carreta que, segundo denúncias, pertence ao ex-patrão de uma secretária municipal, apontam para um uso abusivo da máquina pública.

A convivência institucional e o papel do Ministério Público



Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Diante da inércia do Poder Executivo em responder aos questionamentos, surge outra preocupação legítima: por que o Ministério Público Estadual ainda não se manifestou? A atuação do MP deve ser preventiva e proativa, principalmente em casos em que há suspeita de violação direta aos direitos fundamentais da população. Se houve omissão, o Ministério Público também precisa ser cobrado.

Na Câmara, já se discute a possibilidade de provocar formalmente o MP, para que este apure não apenas o uso indevido de bens públicos, mas também uma eventual responsabilidade administrativa ou política dos envolvidos. Afinal, estamos lidando com fatos graves: mobilização de aparato de segurança, restrição de vias

públicas, utilização de servidores e cães de guarda para proteger a casa de um político.

O perigo da normalização do autoritarismo

Casos como esse não podem ser naturalizados. O uso da força do Município para calar manifestações populares é típico de regimes autoritários que lembram as épocas dos militares no poder, não de uma república democrática.

Se aceitarmos que um prefeito pode usar a Guarda Municipal como se fosse sua segurança particular, que pode bloquear ruas públicas para proteger sua privacidade, ou que pode pedir blitzes seletivas de trânsito em vias paralelas a sua casa durante um protesto, então já não estamos mais falando em democracia plena.

É preciso destacar que a Guarda Municipal, por defini-

ção legal, tem como principal atribuição a proteção dos bens, serviços e instalações do município. A residência privada do prefeito não é um bem público. O FOZTRANS, por sua vez, existe para garantir a segurança no trânsito e o funcionamento da mobilidade urbana, não para operar como um instrumento de dissuasão de manifestantes.

Silêncio institucional é cumplicidade

A ausência de respostas por parte do prefeito, do comando da Guarda Municipal, da direção do FOZTRANS e até mesmo da Procuradoria-Geral do Município levanta uma questão incômoda: há algo a esconder? A falta de transparência, nesse contexto, não é apenas omissão, poder ser cumplicidade. Pode representar o pacto do silêncio para evitar que venham à tona ver-

dades embaraçosas sobre o uso da máquina pública para fins pessoais.

O que a população de Foz do Iguaçu quer, e merece, é uma resposta clara, objetiva e documentada. Não se trata de perseguição política, tampouco de disputa ideológica. Trata-se da preservação dos direitos constitucionais, do respeito aos princípios que norteiam a administração pública e da garantia de que nenhum governante, por mais militar que tenha sido, esteja acima da lei.

Quem cala, consente

A democracia exige vigilância constante, especialmente em tempos de crescente militarização da política e tentativas de controle sobre os instrumentos de fiscalização popular. A manifestação do dia 26 de maio não foi apenas um protesto contra a figura do

prefeito, foi um grito de resistência democrática. E a resposta do Município, ou melhor, o uso da força municipal para silenciar esse grito precisa ser investigada, explicada e, se for o caso, punida.

Enquanto o prefeito e seus subordinados se calam, cresce a suspeita de que o ocorrido não foi um ato isolado, mas um sintoma de um projeto de poder que despreza o diálogo, criminaliza a manifestação e confunde gestão pública com interesses privados. A sociedade civil, o Legislativo e o Ministério Público têm o dever de impedir que esse precedente seja normalizado.

Se não houver resposta, que ao menos haja cobrança e se não houver justiça, que ao menos reste a memória de que um dia, em Foz do Iguaçu, o povo foi impedido de protestar por um prefeito que jurou defender a Constituição.

A Prisão de Egídio Arguello e o silêncio que compromete a administração pública de Foz

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A prisão do advogado Egídio Fernando Arguello Júnior, no último sábado, 28 de junho, em São Paulo, reacende uma das chagas mais profundas da política de Foz do Iguaçu: os resquícios da Operação Pecúlio, que expôs um esquema criminoso de proporções devastadoras envolvendo desvio de verbas públicas, corrupção, fraudes em licitações e aparelhamento do poder público. Mas o que torna essa nova prisão ainda mais incômoda não é apenas o passado criminoso do condenado e sim suas ligações diretas com o presente da administração municipal.

Egídio é irmão de Rafael Germano Arguello, o atual Procurador Geral do Município de Foz do Iguaçu. Ou seja, enquanto um irmão cumpre pena por obstruir investigações e inserir documentos falsos em benefício de corruptos condenados, o outro ocupa o cargo máximo da assessoria jurídica do Poder Executivo municipal. Essa proximidade familiar entre a cúpula atual da administração e um dos operadores do maior escândalo de corrupção da história da cidade exige mais do que notas de esclarecimento: exige posicionamento firme, investigação e, sobretudo, responsabilidade pública.

Não é só uma coincidência familiar, é uma questão ética e política

É necessário deixar claro que a relação de parentesco,

por si só, não constitui crime. No entanto, quando se trata da máquina pública, a ética administrativa exige muito mais do que legalidade formal. A confiança da população em seus representantes e gestores se constrói não apenas pela ausência de ilegalidades, mas pela presença constante de moralidade, imparcialidade e zelo pelo interesse coletivo. Ter como Procurador Geral um irmão direto de um condenado por crimes contra a administração pública compromete a imagem, a isenção e a credibilidade da Procuradoria como instituição.

Como esperar que uma Procuradoria Geral atue com firmeza em casos de corrupção, de improbidade administrativa ou de controle interno, se o seu comandante máximo tem ligações familiares diretas com um dos operadores desse sistema criminoso? Como garantir à população que a Justiça será feita, que os processos terão isenção, que os interesses públicos prevalecerão sobre os interesses pessoais e familiares?

O silêncio da gestão Silva e Luna: conivência ou covardia institucional?

Até o momento, nenhuma nota oficial foi emitida pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, tampouco pelo próprio Procurador Geral. Esse silêncio institucional é mais que constrangedor, é sintomático de uma gestão que prefere ignorar os sinais evidentes de comprometimento ético e moral em sua



Egídio Arguello foi preso pela ROTA em São Paulo

estrutura. A gestão do General Silva e Luna, que chegou ao poder sob o discurso de austeridade, moralização e combate à corrupção, tem agora diante de si uma prova de fogo: irá proteger interesses internos ou defender os princípios republicanos?

A prisão de Egídio não se deu por acaso ou por perseguição política. Foi uma ação coordenada entre a ROTA, o Ministério Público de São Paulo e o setor de inteligência da Polícia Militar, e decorre de condenação criminal transitada em julgado por obstrução de investigação federal. Ou seja, não há dúvida quanto à sua culpa - há, sim, uma dúvida grave quanto à omissão dos atuais gestores municipais.

Pecúlio: uma ferida que não cicatriza

A Operação Pecúlio, deflagrada em 2016, revelou um esquema sistemático de cor-

rupção que desviou milhões de reais dos cofres públicos de Foz do Iguaçu. Dinheiro federal - vindo do SUS e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - foi pulverizado em propinas, favorecimentos, fraudes em licitações e contratos manipulados. No centro da operação estava o ex-prefeito Reni Pereira, apontado como líder da organização criminosa.

Egídio Arguello atuava diretamente em benefício de Reni, utilizando-se de estratégias ilícitas para influenciar investigações. Sua atuação foi tão grave que não se limitou à defesa técnica, onde acabou cruzando a linha da legalidade e atuou nos bastidores, promovendo encontros clandestinos, falsificando documentos e tentando desestabilizar o trabalho do MPF e da Polícia Federal.

A condenação de Egídio é apenas um dos desdobramentos dessa operação que envolveu 85 denunciados por crimes de corrupção, peculato e fraude. No entanto, quando personagens diretamente ligados a esse esquema continuam orbitando os bastidores da administração atual, a sensação de impunidade e de continuidade estrutural da corrupção se intensifica.

A quem interessa o silêncio?

Não é aceitável que a administração pública ignore um fato tão relevante. A permanência de Rafael Arguello à frente da Procuradoria Geral do Município, sem nenhuma

manifestação oficial ou análise de possível conflito de interesse institucional, é uma afronta ao princípio da moralidade pública. O Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado devem, no mínimo, ser provocados a analisar o caso.

A sociedade civil também tem o dever de reagir. Em tempos de crise moral e institucional, o papel da população, da imprensa livre e das entidades fiscalizadoras torna-se ainda mais importante. O combate à corrupção não pode ser seletivo, tampouco pode ser silenciado por conveniência política ou laços familiares.

Alerta contundente de que os esquemas criminosos do passado ainda mantêm vínculos com o presente

A prisão de Egídio Arguello não é apenas mais um capítulo da Operação Pecúlio, é um alerta contundente de que os esquemas criminosos do passado ainda mantêm vínculos com o presente. É também um teste para as instituições de Foz do Iguaçu: serão capazes de se posicionar de forma firme, ética e transparente, ou seguirão coniventes com um sistema que se recicla nas sombras do poder?

Enquanto o Procurador Geral permanece no cargo e a Prefeitura mantém o silêncio, cresce a percepção de que a impunidade continua sendo regra em Foz do Iguaçu. E isso, mais do que qualquer sentença judicial, é o verdadeiro atestado de falência moral de uma gestão que se dizia comprometida com a ética pública.



**Estilo Locações de Guarapuava
está em Foz do Iguaçu fazendo
bazar com queima de estoque
a partir de R\$ 29,90
antiga loja Kamalito até 05/07**



CASA NO JD. VERANEIO

Vende-se com 2 quartos, sala, cozinha, 2 bwc, piso todo em porcelanato, área grande com ilha, churrasqueira, bwc, garagem para 1 carro, área dos fundos grande com quarto e depósito

Valor: 330.000,00

 **(45) 99106-0729 | 99986-3769**



Cataratas do Iguaçu atingiu vazão de 5 milhões de litros por segundo

Neste sábado, o volume de água nas quedas chegou a um total três vezes acima da média histórica

Urbia Cataratas - PNI

Foto: Edison Emerson

As Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza, registraram crescimento da vazão entre os dias 25 e 28 de junho. De acordo com as medições, a vazão atingiu os 5,1 milhões de litros por segundo, número considerado aproximadamente o triplo da média, na manhã deste sábado, 28.

De acordo com monitoramento da Companhia Paranaense de Energia (Copel), o número passou a crescer na última terça-feira, dia 24, quando a vazão ultrapassou a média de 1,5 milhão de litros d'água por segundo. As Cataratas do Iguaçu estão localizadas no extremo-oeste do Paraná, no Parque Nacional do Iguaçu, na fronteira entre a Argentina e o Brasil. O aumento da vazão foi causado pelas chuvas intensas que atingiram o estado.



Com a pausa na precipitação, na manhã da segunda-feira, dia 30 de junho, a vazão já havia diminuído, chegando à 3,6 milhões, o dobro da média histórica. A Urbia Cataratas, concessionária responsável pela visitação no Parque Nacional do Iguaçu,

informa que as trilhas, caminhos, ciclovia e acesso à passarela com vista para a Garganta do Diabo seguem funcionando normalmente.

Principal curso d'água paranaense

A bacia hidrográfica do Rio

Iguaçu é a maior do Paraná. Antes de formar as famosas quedas, ele corta o estado e é responsável pela produção de energia em hidrelétricas que se estendem pelo seu curso. Cerca de 20km depois de passar pelas cataratas, o Rio Iguaçu deságua no Rio Paraná.

Sobre a Maravilha Mundial da Natureza

As Cataratas do Iguaçu formam o maior conjunto de quedas-d'água do mundo, com 275 saltos catalogados. A altura das quedas varia de 40 a 80 metros, podendo ultrapassar os 100 metros, conforme o volume do Rio Iguaçu.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu, administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é uma unidade de conservação federal e conta com a gestão de visitação turística da concessionária Urbia Cataratas S.A. É um Patrimônio Mundial Natural da UNESCO e referência internacional em turismo sustentável.

Mais informações:

www.cataratasdoiguacu.com.br
contato@catarataspni.com.br





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

PARANAENSE DIVISÃO DE ACESSO

Paranavaí e Foz do Iguaçu empatam sem gols na semifinal

Placar de 0x0 em Paranavaí deixa decisão em Foz em aberto; jogo vale vaga na elite

10 DE AGOSTO DE 2025

INSCRIÇÕES ABERTAS

FOZ RUN

A CORRIDA DE 30 ANOS DO FÓZ DO IGUAÇU FC

INSCRIÇÕES NA ACORREFOZ
E NA SEDE DO FÓZ DO IGUAÇU FC

ACORREFOZ

PERCURSOS

4KM 8KM

ACORREFOZ

FOZ RUN

INSCRIÇÕES NA ACORREFOZ
(4S) 99148-5945

INSCRIÇÕES NA SEDE DO FÓZ
RUA ALMIRANTE BARROSO, 2152

ACORREFOZ

O Paranavaí recebeu o Foz do Iguaçu neste domingo (29), no estádio Waldemiro Wagner na primeira partida das semifinais da Segundona Sanepar 2025. A torcida fez a festa no estádio e empurrou o time, mas, apesar disso, o placar não saiu do zero e o jogo terminou com um empate sem gols.

Com o resultado, a partida de volta no estádio do ABC, em Foz do Iguaçu, no próximo fim de semana, promete doses extras de emoção. Novo empate leva a decisão para os pênaltis. Vitória simples garante a classificação para as finais e dá ao vencedor a vaga na elite do futebol paranaense em 2026.

O jogo

Com festa da torcida nas arquibancadas, o Paranavaí foi para o ataque. Aos 8 minutos, o Vermelhinho chegou com perigo com Luiz Fernando, que arriscou por cima do gol. Com 12', foi a vez do Foz, em lance na linha de fundo, bola cruzada para a área e Marcus Uberaba de cabeça acabou mandando para fora, desperdiçando uma chance incrível.

Aos 19', Yago arriscou de longe e mandou por cima do gol de Matheus. Com 34', contra-ataque do Foz, com Yago chegando com perigo e lançando perto da entrada da área, para finalização de bicicleta de Kauã Gomes, que foi alta, sem dificuldade para a defesa do goleiro Matheus.

Já nos acréscimos da primeira etapa, com 47', Luiz Fernando partiu em velocidade, cruzou para Riquelme cabecear, mas o árbitro auxiliar já tinha marcado impedimento da jogada. A torcida do ACP reclamou da marcação, mas o primeiro tempo acabou em 0x0.

No início da segunda etapa, o goleiro do Foz, Carlão, sentiu devido a



Kauã Gomes disputando a bola com a zaga do Paranavaí

uma bolada na cabeça e acabou não tendo mais condições de jogo. O goleiro reserva, Diego, foi quem entrou para defender o gol do Azulão. Na substituição foi usado o protocolo de concussão, dando a cada time, uma substituição a mais no total.

Com 3', O Foz chegou pela esquerda, com Tiago Brito, que cruzou para Kauã, mas o goleiro Matheus fez a defesa. O Foz teve outra chance aos 8', com uma cobrança de falta cobrada por Breno, que passou à direita da trave de Matheus.

Em um lance de escanteio para o Foz, Jorginho e o goleiro do ACP tiveram um choque e Matheus ficou sentindo. Aos 18' o Paranavaí chegou ao ataque em uma arrancada do zagueiro Manzoli, interceptada pela defesa do Azulão. Pouco depois, aos 20', Cirilo de frente para o gol, bateu e o goleiro Diego defendeu, mas o atacante estava impedido.

Com 28', Tiago Brito tentou achar Alex Rocha e a bola passou por todo mundo, na frente do gol. 34', Manzoli puxou um contra-ataque de novo, achando Luiz Fernando, que cruzou para Cirilo cabecear, mas a bola saiu à direita do gol de Diego. Já no finzinho, aos 45', Luiz Fernando tocou para Jonas, que na hora de finalizar, bateu mascado.

Apesar do jogo equilibrado e das muitas chances para cada lado, o jogo acabou empatado em 0x0.

Agenda

As duas equipes voltam a campo no próximo domingo (06/07), às 15h30, no estádio do ABC, em Foz do Iguaçu, onde o Azulão da Fronteira recebe o Vermelhinho do Fim da Linha valendo vaga para a primeira divisão. Foz x Paranavaí você acompanha AO VIVO E DE GRAÇA na FPF TV no YouTube - Inscreva-se! (Da assessoria)

ACP 0 - 0 Foz do Iguaçu FC

ESCALAÇÃO

Paranavaí
Almeida, Bruno, Dudu, Dionathan, Manzoli, Fernando, Jorginho, Miguel(Jonas), Luiz Fernando, Cirilo e Riquelme (Madalena)
Técnico: Fabel Júnior

Foz F.C
Carlão (Diego) Alex Rocha (Bruno) Dudu Bahia, Guilherme Truys, Tiago Brito, Breno Augusto, Daniel (Nikollas Sena) Hiago Monteiro, Giovane (Alan) Kauã Gomes e Marcus Uberaba (Alex Oliveira)
Técnico: Adriano de Souza

Gols: Não houve
Público Pagante: 5.000
Cartão Amarelo: Paranavaí Riquelme (49,1T) Dionatan (26-2T) Bruno (31,2T) Fernando (7,2T) Foz F.C Breno Augusto (49,1T)
Cartão Vermelho: Não houve para ambas equipes
Local: Estádio Waldemiro Wagner, em Paranavaí
Horário: 15h30
Data: 29/06/2025
Fase: Semifinal (IDA)

Foto: Franz Fleischfresser / Foz do Iguaçu

f Abilio Henrique Bottega
bottega_77
Bottega77 @futebolista2
Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
críticas e elogios entre
em contato
abiliobottega@hotmail.com

Liana
Kulst

FUTSAL



Foz Cataratas vence o Pato pelo paranaense

O Foz Cataratas soma 20 pontos no paranaense e agora foca no próximo jogo



Fotos: Abel da Banca

Fael, que fez seu primeiro gol com a camisa do Foz Cataratas

O Foz Cataratas Futsal venceu o clássico contra o Pato, no Caldeirão Azul, pelo Campeonato Paranaense, no sábado, 28.

O Azulão se impôs logo no começo do jogo e abriu o placar com Fael, que fez seu primeiro gol com a camisa do Foz Cataratas. Logo depois, Bruno encontrou Gui Lobo, que fez belo gol. Neto Veiga fez o terceiro antes do fim do primeiro tempo.

No segundo tempo, Neto cobrou falta e Coca aproveitou para marcar o quarto gol e Bruno fechou o placar para o Foz Cataratas.

O Foz Cataratas soma 20 pontos no paranaense e agora foca no próximo jogo, na terça-feira, no Caldeirão Azul, novamente contra a equipe do Pato Futsal, desta vez pela Liga Nacional. (Da assessoria)



Chegamos ao fundo do poço com a má qualidade dos nossos vereadores?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A pergunta é forte, mas infelizmente não é exagerada. Em Foz do Iguaçu, a frustração popular com o Legislativo Municipal chegou a um ponto crítico. Aqueles que deveriam representar os interesses da população, fiscalizar o Executivo e legislar com responsabilidade, parecem cada vez mais interessados em construir alianças de conveniência, distribuir cargos entre aliados e agradar o prefeito de plantão, do que cumprir com o seu dever constitucional. O reflexo disso é visível nas ruas esburacadas, nas obras mal feitas, no desrespeito à inteligência do eleitor e na completa falência moral de parte da Câmara.

"Nem sempre o novo é sinal de honestidade."

Quando o bolsonarismo ganhou força e trouxe o discurso do "novo", muitos eleitores acreditaram estar escolhendo a renovação política, acreditando que figuras sem longa trajetória na política tradicional poderiam representar mudança real. Mas como diz o ditado popular que já virou uma espécie de mantra pós-eleitoral: "Nem sempre o novo é sinal de honestidade." Essa máxima ganhou corpo e verdade ao longo dos últimos meses em Foz do Iguaçu.

Dos 15 vereadores eleitos, é possível afirmar que ao menos dois terços atuam de forma vexatória. Muitos deles não passam de cabos eleitorais de luxo, vestidos de parlamentares. Não exercem o papel de fiscalização, que é sua principal função, e ainda fazem indicações para cargos comissionados, nomeando parentes, assessores de campanha e aliados políticos em troca de favores e benesses.



Trata-se de um toma-lá-dá-cá institucionalizado, com ares de escárnio à população, aparentemente com o aval do Ministério Público Estadual.

Traição não é institucional é moral

A traição, porém, não é apenas institucional. É também moral e comunitária. Muitos desses vereadores foram eleitos por bairros específicos, com votos de confiança de eleitores que acreditaram em promessas de cuidado com suas comunidades. No entanto, bastou assumirem o cargo para que virassem as costas a esses mesmos eleitores. É o caso da já criticada Avenida João Paulo II, inaugurada às pressas, cheia de defeitos e irregularidades. Em vez de apontar os problemas e cobrar responsabilidade, o vereador Cabo Cassol literalmente subiu ao palanque para aplaudir o prefeito. O mesmo vereador que se elegeu dizendo que seria independente e

que colocaria a população em primeiro lugar, agora atua como porta-voz do Executivo. De fiscal virou cúmplice. Afinal hoje é o líder do prefeito na casa de leis.

Silêncio diz mais do que qualquer palavra

E o que dizer dos vereadores Sidnei Prestes e Paulo Debrito? Foram até a Avenida das Cataratas para posar para fotos e produzir vídeos para as redes sociais, tecer elogios e enaltecer uma obra de recapeamento que não resistiu sequer à primeira chuva. Quando os problemas vieram à tona, simplesmente sumiram. Nenhuma retratação, nenhuma cobrança, nenhuma vergonha. Apenas o silêncio. Silêncio esse que diz mais do que qualquer palavra: diz que não há compromisso com a verdade, nem com os eleitores.

Esse comportamento não é apenas decepcionante - é perigoso. Porque ele mina a confiança da população na políti-

ca, desestimula o debate democrático e incentiva o cinismo coletivo. Quando o povo percebe que foi enganado, que aqueles que se diziam "do povo" hoje servem apenas ao poder, a consequência é o desalento político. A descrença cresce, e o espaço é ocupado por oportunistas e aventureiros.

E a culpa não é só dos vereadores. Ela é também dos eleitores que votaram mal, iludidos por slogans vazios e aparências de renovação. Mas há um ponto positivo: a população está acordando. Muitos já reconhecem que erraram. Muitos já dizem que se pudessem voltar atrás, jamais votariam nos mesmos nomes. A lambança eleitoral de 2024 começa a cobrar sua conta - e, para muitos vereadores, essa conta chegará já em 2026.

Desastre legislativo

A lição deixada por esse desastre legislativo é clara:

honestidade não está no discurso de campanha, está na prática do dia a dia. O novo pode até ter aparência moderna, pode ter discurso afiado, pode ter bandeiras "patrióticas", mas se não for acompanhado de valores éticos e compromisso real com o interesse público, será apenas mais do mesmo - ou pior.

É preciso parar de votar em "quem parece bom" e começar a votar em quem age com dignidade, com independência e com coragem para enfrentar os interesses instalados. E isso vale para os velhos e para os novos na política. A honestidade é provada no cotidiano, não na propaganda.

Portanto, sim, chegamos ao fundo do poço. Mas é no fundo do poço que muitos finalmente percebem que só há um caminho: subir de volta - e dessa vez, com mais consciência, com mais crítica e com menos ilusão. Foz do Iguaçu merece mais. E precisa cobrar isso, eleição após eleição.